

A TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL. RESISTÊNCIA E EMPODERAMENTO FEMININO!

Data de aceite: 02/05/2023

Lucimêre De Souza Castro

RESUMO: O presente trabalho possibilitou o estudo sobre a escravidão no Brasil, o racismo, a luta dos negros quilombolas ontem e hoje, percebendo que os quilombos do passado e do presente estão ligados historicamente não apenas pelo processo de escravidão, mas pela questão de resistência. O racismo exclui e segrega e com a mulher não foi diferente, trouxeram várias consequências que as excluiu de vários segmentos da sociedade, aborda-se a participação da mulher negra, deslocando percursos históricos e seu empoderamento frente a uma sociedade marcada pelo preconceito racial.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão, racismo, quilombo, mulheres.

ABSTRACT: The present work enabled the study of slavery in Brazil, racism, the struggle of black quilombolas yesterday and today, realizing that past and present quilombos are historically linked not only by the process of slavery, but by the issue of resistance. Racism excludes and segregates and with women it was no different,

they brought several consequences that excluded them from various segments of society, the participation of black women is addressed, shifting historical paths and their empowerment in a society marked by racial prejudice.

KEYWORDS: Slavery, racism, quilombo, women.

1 | CAPÍTULO

1.1 A escravidão no Brasil

A escravidão no Brasil foi uma instituição violenta e desumana que existiu durante mais de 300 ano e foi responsável pela escravidão de indígenas e africanos, a escravidão foi tão cruel e a quantidade de africanos que foram trazidos durante três séculos foi tão grande que a imagem do trabalhador escravo em nosso país associou-se com a cor de pele do africano. Um sintoma evidente do racismo que estava por trás da instituição da escravidão em nosso país.

A escravidão se estabelece no Brasil por volta da década de 1530, quando as primeiras medidas efetivas de colonização

foram implantadas pelos portugueses, no início com os nativos, onde ocorria o escambo na exploração do pau-brasil. A partir de 1534, os portugueses implantaram as capitânicas hereditárias, passaram a incentivar o cultivo da cana-de-açúcar e construções de engenhos para produzir o açúcar, porém necessitava de mão de obra para que houvesse produção, encontraram na escravidão a saída para a falta de trabalhadores, era bem mais rentável trazer os negro do que fazer escravizar os índios, pois esses não estavam familiarizados com a ideia de trabalho contínuo para **produção de excedente**, o que fazia parte da cultura europeia. Os jesuítas protegiam os índios pois os tinham como um rebanho em potencial para serem convertidos ao catolicismo.

Em 1570 os jesuítas pressionam a Coroa Portuguesa para proibir a escravidão dos índios o que resulta na lei proibindo a escravidão dos índios, mas a lei não impedia que o índio continuasse a ser tratado como escravo, principalmente em locais que não tinham economia tão próspera, e que a quantidade de africanos enviados era pequena.

Ao longo dos 300 anos de existência do tráfico negreiro, cerca de **4,8 milhões de africanos** foram trazidos para o Brasil, o que significa que o Brasil foi o país que mais recebeu africanos para serem escravizados ao longo de três séculos. Os escravos não aceitavam a escravidão e a violência direcionada a eles, era obrigado a jornada diária de trabalho de 20 horas por dia e o trabalho era pesado e perigoso. A escravidão africana no Brasil é marcada pela resistência e luta dos africanos que sempre estavam fugindo para conquistarem sua liberdade.

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir o trabalho escravo e isso ocorreu por meio da Lei Áurea, aprovada pelo Senado e assinada pela princesa Isabel, em **13 de maio de 1888**. O fim da escravidão no Brasil **não foi por um ato de bondade** da monarquia brasileira, **mas foi uma conquista realizada por meio do engajamento popular e da resistência dos escravos**.

O movimento abolicionista ganhou força na sociedade na década de 1870, na medida em que o movimento ganhava força, diversas associações em defesa da causa começaram a surgir no país, e suas formas de luta contra a escravidão foram variadas.

As teorias raciais europeias como o evolucionismo, o positivismo, o naturalismo, o social darwinismo, começam a difundir-se a partir dos anos de 1870. Estas teorias passaram por adaptações, sendo atualizadas de acordo com o contexto político e social brasileiro, ou seja, os intelectuais da época aproveitavam o que imaginavam combinar com o país e descartaram o que, de acordo com Schwarcz, era problemático para a construção de uma argumentação racial sobre a nação.

As teorias raciais de então, se transformam em um argumento de sucesso para o estabelecimento de critérios diferenciadores de cidadania, bem como meio de pensar um projeto civilizatório para o país, além de legitimaram as diferenças sociais da antiga ordem escravocrata.

Discutir sobre a questão da escravidão no Brasil traz à tona não apenas questões

históricas ligadas ao processo de colonização no Brasil, mas acima de tudo a necessidade de se debater também sobre a segregação racial a partir do espaço geográfico em nosso país. Obviamente, depois da promulgação da Lei 10.639/03, que tornam obrigatórios o ensino da História e Cultura Africana e Afrodescendente em nosso país, muitos assuntos ligados a esta temática começaram a ser refletidos com mais ênfase, mesmo que ainda se tenha um longo caminho de debates e encaminhamentos.

Nos anos 1960, a retomada da luta social mundial, a revolução anticolonial, a crescente crise da hegemonia stalinista sobre as ciências sociais marxistas, etc., ensejaram um rico debate sobre a multiplicidade dos modos de produção na história da humanidade, que superou definitivamente a vulgata marxista dos cinco estágios históricos necessários – comunismo primitivo, escravismo antigo, feudalismo, capitalismo, socialismo –, abrindo caminho para a superação da falsa disjuntiva feudalismo/capitalismo sobre o passado colonial brasileiro. No Brasil, em meados dos anos 1970, retomou a luta democrática e sindical, com ápice nas mobilizações operárias e classistas de 1979, verdadeiro Ano Vermelho. Em 1973, o historiador Ciro Flamarion Cardoso, sinteticamente e, em 1978, o militante comunista Jacob Gorender, sistematicamente, definiram a escravidão como modo de produção historicamente novo e base da formação social brasileira, impulsionando fortemente as pesquisas sobre a determinação da história pré-Abolição do Brasil pelo trabalhador escravizado

Para Santos (2009), a abordagem dos assuntos ligados à África e sua herança no Brasil sempre vivenciou um ocultamento e invisibilidade fruto de uma academia essencialmente etnocêntrica, postura esta que necessita ser urgentemente revista. Por isto, pode-se dizer que há uma grande necessidade de se refletir e rever posturas em relação a esta temática, alargando o olhar sobre as relações raciais circunscritas também ao espaço territorial.

A proposta da resistência do trabalhador escravizado como produto da ruptura do pacto escravista, estabelecido entre o escravizador e o escravizado, sobretudo inconsciente e implícita, fora apresentada e sistematizada por Gilberto Freyre, nos anos 1930, em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mocambos*, quando propusera: “Quando os brancos fracassaram como pais sociais de seus escravos negros para os tratarem como simples animais de almanjarra, de eito ou de tração [...] é que muitos dos negros os renegavam”. Agora, essa visão, recuperada, assume o caráter de uma negociação mais e mais consciente e explícita.

O Brasil é um país rico em diversidade cultural. Consequências de uma colonização construída por diversos povos que aqui se integraram trazendo juntamente com suas esperanças e planos, o seu patrimônio cultura. Nosso povo adotou essas culturas em sua bagagem cultural, na música, na religião, no modo de falar. Pode-se definir, em nível de Brasil, que a cultura que cerca seus habitantes é uma herança social provinda dos portugueses, italianos, espanhóis, índios e negros. Sobretudo os últimos deixaram

sua cultura evidente principalmente considerando sua trajetória pelo Brasil, sua história carregada de sofrimentos e preconceitos que se perpetuam, ao lado da cultura, até os dias de hoje. A história do negro no Brasil, contada nas escolas, em sua maioria, vale-se de descrever o período da escravidão e os horrores do caminho percorrido, e menciona superficialmente a cultura afro-brasileira e a tradição negra.

Araújo definiu:

Penso, por fim, na ambiguidade desta nossa história de que são vítimas os negros, numa sociedade que os exclui dos benefícios da vida social, mas que, no entanto, consome os deuses do candomblé, a música, a dança, a comida, a festa, todas as festas de negros, esquecida de suas origens. E penso também em como, em vez de registrar simplesmente o fracasso dos negros frente às tantas e inumeráveis injustiças sofridas, esta história termina por registrar a sua vitória e a sua vingança, em tudo o que eles foram capazes de fazer para incorporar-se à cultura brasileira. Uma cultura que guarda, através de sua história, um rastro profundo de negros africanos e brasileiros, mulatos e cafuzos, construtores silenciosos de nossa identidade. E não se pode dizer que não houve afetividade ou cumplicidade nessa relação. A mestiçagem é a maior prova dessa história de pura sedução, da sedução suscitada pela diferença, que ameaça e atrai, mas acaba sendo incorporada como convívio tenso e sedutor, em todos os momentos da nossa vida. Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte da nossa história. Uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial. (ARAÚJO. 2007, p.5)

1.2 O racismo no Brasil

Entender como nasceram os pilares do racismo no Brasil é uma tarefa que exige muita pesquisa e reflexão. E reconhecer estes mecanismos realizados por meio da utilização do território é algo que nos faz compreender mais ainda as profundas marcas deixadas pelo processo de escravidão no Brasil. Compreende-se assim, que infelizmente tais prejuízos afetaram e continuam afetando a maioria do povo brasileiro, entendendo que a essência ideológica, a política econômica e a pregação religiosa oprimiu não apenas os corpos e mentes do negro transformado em escravo, mas construiu principalmente a ideia de justificação da inferioridade racial.

Neste sentido, é interessante notar que durante muito tempo a historiografia oficial realizou um perfeito apagamento da nossa história em relação aos quilombos. De fato, ainda há muito que pesquisar e divulgar em toda a sociedade, principalmente no ambiente escolar. Hoje, presentes por todo o Brasil, vemos surgir comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos. No entanto se pergunta qual é a visibilidade e importância dada pela sociedade a estes espaços de resistência e de que maneira estudar sobre esta questão nos ajuda a compreender melhor nossa identidade.

A investigação do meu projeto teve como ponto de partida a pesquisa bibliográfica e evidenciar nas trajetórias de vidas das artesãs associados ao contexto sociocultural da localidade, as políticas culturais do letramento das mulheres negras que cresceram entre as matas, os rios e mangues, as areias claras da praia pontuada por coqueirais, as águas

mansas do mar esmeralda, fazendo o trançado com as técnicas indígenas que aprenderam com mães, avós ou vizinhas na comunidade de Porto de Sauípe, seu conhecimento e suas práticas sociais de letramento escolar adquiridos para poder entender a dinâmica da cooperativa os cursos ofertados para diversificar a qualidade das peças feitas, como resultado de uma resistência a lutas pela sobrevivência que as tornam empoderadas.

A memória curta compreende o esquecimento como processo; ela não se confunde com o instante, mas com o rizoma coletivo, temporal e nervoso. A memória longa (família, raça, sociedade ou civilização) decalca e traduz, mas o que ela traduz continua a agir nela, à distância, a contratempo, intempestivamente, não instantaneamente (GILLES DELEUZE, 1995).

Seguindo, ainda numa perspectiva da inserção dos saberes locais e efetivamente nas práticas sociais pode-se passear pelas histórias de pescadores, de marisqueiras, assim como, a capoeira, e os festejos religiosos tão presentes nesta comunidade litorânea e turística. A cultura indígena permeia através do saber intrínseco da arte manual ativa nas mãos das artesãs da comunidade que passa de geração a geração e transita no convívio permanente do contexto familiar. Assim como as transformações da palha nas mãos das artesãs foram dando vida a diferentes tecidos multicoloridos, transformei também meu olhar que antes era apenas de expectadora, que vislumbra o encantamento do “novo” para também despertar o sentido transformador da pesquisa que inquieta o sujeito cognoscente ao encontro do objeto.

Tomando como base os estudos de Brian Street (2015) sobre os letramentos sociais é importante discutir as consequências reais do letramento para grupos e sociedades. Street (2015) assume uma perspectiva etnográfica, se distanciando do modelo autônomo de letramento para apreender a escrita na condição de práticas sociais plurais, ideológicas e culturais, revestidas de caráter local e específico. É nesta perspectiva que o conceito de letramento ideológico discute práticas de leitura e escrita socialmente construídas, atreladas a outros modos de conhecimento, saberes, identidades de ser e estar nas práticas sociais e em contextos particulares (AUREA DA SILVA, 2019)

As práticas sociais de determinados grupos devem ser analisadas a partir das suas funções e da própria concepção que os agentes de letramento lhes atribuem. No entanto, os programas de letramento, baseados em algumas concepções equivocadas, consideram esses grupos como analfabetos “passivos” e “atrasados”. Essa concepção errônea está diretamente associada à teoria da “grande divisão”, segundo Street (2015), em dois grupos: “letrados” e “iletrados”. (AUREA DA SILVA, 2019).

Os feminismos negros emergem no contexto da perspectiva do feminismo da diferença interseccional, chamando atenção para se perceber o entrecruzamento de gênero, raça, classe, sexualidade, como elemento representativo que marcam as diferenças nas experiências das mulheres negras. (LICIA MARIA DE LIMA BARBOSA, 2013)

1.3 O lugar do negro remanescente de quilombos nas lutas do séc. XXI.

Ao nos questionarmos sobre o lugar do negro no século XXI, é sempre importante reconhecermos que a nossa realidade ainda mostra que ainda há muito para se lutar por cidadania efetiva para todas as pessoas no nosso país. Segundo Gomes In:PinsKy e Pinsky (2012), nos diz que o processo de colonização e toda a experiência histórica com a escravidão deixou enormes dívidas, que seria na verdade a aquisição da cidadania plena.

Neste contexto, ao que se discute, é possível perceber que a herança deixada pelas políticas públicas desde o período colonial é justamente a dificuldade de estabelecimento da autonomia econômica e de infraestrutura desses locais, assim como a precariedade de serviços essenciais como a saúde, a educação, a segurança e principalmente o incentivo às atividades culturais dessas populações..

Desse modo, o protesto social advindo desses locais indica a necessidade de se olhar para essas localidades como territórios de resistência, assim como locais que reivindicam ações mais intensas não apenas no sentido de reconhecimento da igualdade de direitos em relações a outros espaços de identidade.

Neste caso, o protesto histórico do escravo, as suas lutas pelo direito ao uso da terra, as gestações do mundo rural indicam a necessidade de enxerga-lo como o embrião das reivindicações atuais, ou seja, se antes a constituição de um quilombo simbolizava a negação do regime escravocrata, atualmente estes territórios simbolizam a manutenção deste mesmo discurso no sentido de luta por justiça social. Ainda segundo este autor, pode-se dizer que pensar na posse negra da terra é também se discutir sobre a Reforma Agrária e articulá-la com os movimentos sociais.

Por se tratar de uma questão nacional que precisa urgentemente ser discutida a partir das experiências do cativo e da emancipação dos negros, é importante compreender que a luta pela posse da terra pelo viés étnico nos ajuda a recuperar todo um momento histórico reconstruindo-o em suas dimensões culturais relativas, entendendo que a sociedade brasileira foi estabelecida ao longo dos anos sob a égide da desigualdade. Ao reconstruir esse passado temos a completa ideia de que é importante que se lute pelo fim dessas desigualdades, oriunda da falta de políticas públicas eficazes com relação aos ex-escravos e que infelizmente foi herdado por grande parte de seus descendentes.

Santos (2009), ao tratar do racismo através do território, indica que ainda é necessário mais pesquisas sobre estes territórios em nosso país, para que se tenha informações mais sistematizadas de suas especificidades e demandas, entendendo que quando falamos em quilombos não estamos nos referindo a algo do passado, mas de um patrimônio territorial e cultural inestimável que podem nos fornecer entre outras coisas informações importantíssimas sobre nossa identidade. Com isso, este autor enfatiza a grande necessidade de ampliação dos conhecimentos sobre a situação concreta dos quilombos, tanto em relação ao seu território e demandas. O autor também indica a

necessidade de se demarcar essas localidades no sentido de que as mesmas não deixem de existir e sejam efetivamente preservadas. Esse contexto, só poderia acontecer com a adoção de políticas eficientes pontuais e não episódicas. Lembrando de fato que o negro e sua história precisam devidamente integrados no Brasil.

2 | CAPÍTULO

2.4 Mulher escravizada - presente e futuro empoderado

Com a invasão dos saqueadores que tinham o objetivo de capturar as mulheres para serem vendidas para traficantes e serem levadas para a costa do Oceano Atlântico. As mulheres eram retiradas de suas tribos da África e colocadas em navios para um novo destino, e durante essa viagem precária, várias mulheres negras ficavam amontoadas nos porões sem higiene, sem alimentação adequada, submetidas a condição sub-humana, ficaram doentes e desnutridas, algumas grávidas morriam de parto durante a viagem, chegavam ao destino final doentes e muitas morriam dias após a chegada, as que sobreviviam era preciso se recuperar para a nova realidade que as esperavam, a partir daquele momento elas deixam de ser humanas e passam a ser uma simples mercadoria a ser vendida para gerar lucro. Após a venda elas não têm mais nomes, pois o seu nome era trocado para cortar qualquer vestígio com o passado, não possuem mais religiões, crenças, cultura, costumes e ritos, tudo lhe foi retirado. Mas a rebeldia, liderança e o empoderamento já estava no sangue da negra, faziam das negras uma mulher valente, mesmo sendo proibidas de adorar seus deuses elas os faziam, não deixaram de fazer suas crenças nem de reverenciar os seus deuses. Foram obrigadas a falar o português e cultivar o catolicismo, e o faziam de maneira a fazer vínculos com seus deuses africanos.

No campo da religião, há um grande mito sobre a forma que os africanos influenciaram a religiosidade e a maneira como cultuam seus deuses. Algumas religiões mais conhecidas são o islamismo, o calundu, o candomblé e a umbanda (originalmente brasileira). O islamismo chegou ao Brasil com os negros no século XIX. Os africanos islâmicos eram conhecidos por malês e utilizavam como símbolos de sua religião os amuletos com orações, com o objetivo de lhes proteger do mal (MACIEL, BONFIM, GREGÓRIO, 2017).

As mulheres escravas foram levadas para as senzalas, mas os senhores de engenhos optavam por mantê-las na casa grande para efetuar os serviços domésticos, e até mesmo serviam de amas de leite, cuidavam das crianças das senhas, as escolhidas para essa função se tornavam superiores às demais negras pelo fato de amamentar os filhos dos senhores, mas a figura de ser inferior era sempre falava pelos seus senhores, muitas faziam o papel de amante de seus senhores.

Quando se tratava de mulher, os seios eram bem examinados, pois poderia vir a servir como ama de leite e bem assim as nádegas. Tinha-se interesse em negras do traseiro grande, bem servido de carnes, porque isso era – diziam – indício de força, saúde

e qualidade de boa parideira, capaz de dar novos escravos ao senhor. (MACEDO, 1974, p. 32)

A escrava sofria em vários âmbitos, as formas de trabalho variavam de acordo ao local onde viviam. Na zona rural trabalhavam na lavoura e na casa grande, na zona urbana, além dos afazeres domésticos eram obrigadas a venderem alimentos para gerar lucro para a família.

A rebeldia e a resistência já eram notórias nas negras e elas usavam para viver e sobreviver, as mulheres se recusavam a falar somente o português pois continuavam a falar o dialeto africano como forma de insultar os senhos, deixando claro a resistência linguística.

Após a promulgação da Lei Áurea as mulheres negras ocuparam as atividades domésticas da casa dos senhores em troca de uma renda que mal dava para o sustento familiar, outras vendiam suas comidas, lavavam roupas, faziam seus quitutes e vendiam, para aquelas que não possuíam outras formas de trabalho tornaram-se prostitutas, e continuavam sofrendo agressões domésticas, verbais e sexuais.

Por outro lado, a tão famosa Lei Áurea assinada pela princesa Isabel não significou a igualdade em termos de inclusão e cidadania para negros e ex-escravos, ainda que as diferenças não fossem registradas pela legislação, pelos códigos e regulamentos institucionais de maneira geral a partir dessa data. Para muitos negros, pardos e outros, o lugar social marcado inicialmente pela escravidão não seria modificado em pouco mais de um século e algumas gerações (ALMEIDA, 2006, p.38).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou o estudo sobre a escravidão no Brasil, o racismo que exclui e segrega, o lugar do negro quilombola pela questão de resistência, antes o desafio era construir uma África dentro do Brasil longe da escravidão, hoje o grande desafio seria a luta contra o apagamento destas memórias, ser remanescente de quilombola é estar inserido num processo de legitimação e visibilidade positiva do afrodescendente entendendo que a reparação é a palavra de ordem e que é sumamente importante reconhecer os quilombos como expressão de resistência ao escravismo e principalmente ao racismo.

Revisitar o passado quilombola, significa reconhecer que esta história precisa ser visível de forma mais consistente na historiografia brasileira, ou seja, a atitude de apagamento não nos traz nada positivo, ao contrário escamoteia as raízes das práticas nefastas de racismo e legitimação e manutenção das desigualdades. Isto significa também colocar a identidade negra afrodescendente no centro de debates, evidenciando que o racismo a partir do território indicou a forte necessidade também das leites indicarem o lugar do “nós” e do “eles”, interferindo também na construção de relações sociais baseadas

num estigma negativo em relação ao negro.

Nesta trajetória de lutas se reconhecer como quilombola é reconhecer e reconstruir uma consciência que leva a reflexão e a ação onde espaços múltiplos de convivência seja de fato a tônica da sociedade brasileira, que se valorize e se perceba a valiosa parcela significativa da sociedade que precisa ser vista como significativa e representativa para a sociedade. Ser quilombola significa ser livre e ser forte.

A mulher negra foi inviabilizada durante vários períodos da história. Se manteve esquecidas durante anos nos livros da história, o seu apagamento perante a sociedade levou a mulher negra a explorar outros meios para serem ouvidas e enxergadas, assim surge os movimentos feministas, ajudando a sobreviver a esse modelo determinado pelos colonizadores como certos, sempre ouviram o que era certo e o que era errado, vários anos de submissão por um modelo europeu, hoje a mulher negra é livre faz o que tem vontade.

A desigualdade de raças não deixou de afetar diretamente as mulheres no mercado de trabalho, ainda uma parte das mulheres negras encontra-se alocadas no trabalho com baixos salários e ocupação restritos para elas, são minorias nos cargos de gerencias, direções e políticos, os salários são inferiores aos dos homens, mesmo efetuando a mesma função. Mudanças ocorrem e chegamos a um governo que valoriza as mulheres negras e deu voz a essas mulheres com a escolha para ministra da Igualdade Racial do Brasil uma mulher negra nascida na periferia.

Disse a ministra Anielle Franco: “Não podemos ignorar ou subestimar o fato de que a raça e a etnia são determinantes para a desigualdade de oportunidade no brasil em todos os âmbitos da vida. Pessoas negras estão sub-representadas nos espaços do poder e, em contrapartida, somos as que mais estamos no espaço de estigmatização e vulnerabilidade”

A mulher negra traz consigo uma marca de luta, determinação, perseverança, é preciso um novo olhar, para que se possa enfrentar essa realidade.

REFERÊNCIAS

KLEIMAN, Ângela B; SITO, Luanda Rejane Soares. Multiletramentos, interdições e marginalidades. In: KLEIMAN, Ângela B.; ASSIS, Juliana Alves. (Orgs.) Significados e ressignificações do letramento: desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2016.

STREET, Brian. Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola editorial, 2015.

PEREIRA, Áurea da Silva. Tempo de plantar, tempo de colher: mulheres idosas, saberes de si e aprendizagens de letramento em Saquinho. Tese. Doutorado em Educação e Contemporaneidade. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2014.

PEREIRA, Áurea da Silva Letramentos, empoderamento e aprendizagens / Aurea da Silva Pereira. – Campinas : Mercado de Letras, 2018.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. Raça e gênero: entrelaces racistas versus afirmação identitária negra. Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da UEL, ano 1, n. 1, p. 106-115, mar.-jul. 2011. Disponível em: http://www.uel.br/neaa/sites/default/files/revistas/nguzu_miolo_final.pdf

COPARTT - Cooperativa de Artesanato do Trançado Tupinambá

https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tupinamb%C3%A1_de_Oliven%C3%A7a

ABA. 1994. Documentos do Grupo de Trabalho sobre as comunidades Negras Rurais Em Boletim Informativo NUER, n.1.

ALMEIDA, Alfredo W. B de. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In SMDDH; CCN. (Org.) Frechal Terra de Preto: **Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista**. São Luís, 1996 p. 11-19

_____. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: O'Dwyer, Eliana C. (Org) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro. FGV, 2002 p.83-108.

_____. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito**. In: **Terras de Quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Coleção "Tradição & Ordenamento Jurídico". Vol.2. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PPGSCA-UFAM, Fundação Ford). Manaus, 2006 p. 101-132.

ALENCASTRO, Felipe. África, números do tráfico atlântico. In.: SCHWARCZ, Lília Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 60

ALONSO, Sara. Cap. 1 **Um exercício reflexivo da produção temática dos remanescentes comunidades de quilombo**. In: Fazendo a Unidade: uma Perspectiva comparativa na construção de Itamoari e Jamary como quilombos. 2004. Tese de Doutorado em Antropologia Social, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 43-93

ARRUTI, José Maurício A.P. **A Emergência dos 'Remanescentes': notas para o dialogo entre indígenas e quilombolas**. In: MANA 3(2), 1997. p7-38

_____. **O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT**. In: Texto para discussão: Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA), 2003.

_____. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru- São Paulo Edusc, 2006.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto Presidencial 3551/2000 de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.<http://www.cultura.gov.br/legislacao/decretos/index.html>

<https://quilombos.wordpress.com/bibliografia/>

CARVALHO, José Jorge. **O quilombo do Rio das Rãs: história, tradição e lutas**. Salvador: EDUFBA, 1996.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à abolição**, São Paulo: Moderna, 1999.

GOMES, Arilson dos Santos (2007). **Ideias negras em movimento: da Frente Negra ao Congresso Nacional do Negro de Porto Alegre** (Florianópolis: III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007) <http://www.labhstc.ufsc.br/programa2007.htm>!

GOMES, Flavio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares: História, símbolos e memória social**, São Paulo: Claroenigma, 2016.

Gomes EKathiusy da Silva, **ESCRAVIDÃO, ESCRAVIZADAS E A FAMÍLIA ESCRAVA: MULHER NEGRA NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA ESCRAVA**.

GENNARI, Emilio. **Em busca da liberdade: Traços das lutas escravas no Brasil**, São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis, vozes, 1988.

HANCHARD, Michael George (2001). **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)** (Rio de Janeiro: Eduerj). ISBN 8575110020.

MOURA, Clóvis (1989). **História do negro brasileiro** (São Paulo: Ática). ISBN 8508034520.

MATTOS, Regiane Augusto. **História e cultura afro-brasileira**, São Paulo: Contexto, 2012.

MARY, Piore Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000 Artigo.

MARIO, MAESTRI, A Reabilitação Historiográfica da Escravidão: Determinação, Autonomia, Totalidade e Parcialidade na História P.4,5, 8

NASCIMENTO, Abdias (org.) (1982). **O Negro revoltado**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira).

PERREIRA, Bergman de Paula. **DE escravas a empregadas domesticas – a dimensão social e o “lugar das mulheres negras no pós – abolição”**, pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

“SCHWARTZ, Stuart B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 216. p.219, p.222

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 93.

I71 GRINBERG, Keila. **Castigos físicos e legislação**. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 145.”

Schwarcz, Lilia Moritz, **Espectáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.